

# EDUCAÇÃO E CORRENTES FILOSÓFICAS CLÁSSICAS: um olhar pluriparadigmático

Vanessa Borges\*  
Matheus Souza\*\*

**Resumo:** Este artigo traz como proposta uma reflexão sobre as correntes filosóficas clássicas que impulsionaram a conformação da educação na contemporaneidade. Esta discussão crítica se faz necessária, principalmente em um momento de ascensão de um discurso conservador no Brasil, com ênfase na narrativa pró “neutralidade da educação” e com reflexos diretos na área. Trata-se de um trabalho bibliográfico, no que se refere ao seu objeto, e qualitativo no que diz respeito à sua abordagem, realizando, assim, uma análise interpretativa dos paradigmas observados.

**Palavras-chave:** Educação. Correntes Filosóficas. Liberalismo. Positivismo. Socialismo.

**Abstract:** *This paper aims to discuss the classical philosophical tendencies that boosted the conformation of today's education. This critical discussion is crucial, especially at a time like ours, when a conservative discourse rises in Brazil – with an emphasis on the pro “neutrality of education” narrative and with direct reflexes on the area. It is a bibliographic research, in relation to its object, and a qualitative one in relation to its approach, therefore carrying out an interpretative analysis of the observed paradigms.*

**Key-Words:** *Education. Philosophical currents. Liberalism. Positivism. Socialism.*

---

\* Bacharela em Relações Internacionais e em Administração – UNIJORGE; especialista em Marketing pela Fundação Getúlio Vargas; Mestra em Desenvolvimento Regional e Urbano - UNIFACS; Doutora em Educação – UNEB; professora do Bacharelado em Relações Internacionais – UNIJORGE e coordenadora de seu Núcleo de Pesquisa e Extensão em Relações Internacionais (NURI).

\*\* Bacharel em Relações Internacionais e em Administração – UNIJORGE; Especialista em Política e Estratégia pela UNEB; Especialista em Gestão da Inteligência Estratégica pela Faculdade Batista Brasileira; Mestre em Administração – UFBA; Doutorando em Administração – UFBA; professor e coordenador do Bacharelado em Relações Internacionais UNIJORGE.

## Introdução

Entendendo que toda educação se encontra permeada de valores e, por isso, imersa em uma perspectiva política (ADORNO; HORKHEIMER, 1995), é imperativo que ela se coloque de forma comprometida com a transformação da realidade social da qual faz parte. Dessa forma, ainda que o processo de educar não possa ser pensado apenas a partir da perspectiva da formação do indivíduo dentro da sala de aula, é dali que se forja a consciência democrático-cidadã, promotora de mudanças sociais para além dos muros da escola. Por isso, a importância em se discutir a práxis-educacional como ferramenta de desconstrução da educação bancária e sinalizá-la enquanto ação libertadora (FREIRE, 2009). Nesse sentido, diversas correntes e ações pedagógicas têm norteado a educação em diferentes épocas e, na impossibilidade de citar todas, à custa do limite de laudas, atentar-nos-emos àquelas que fundam o pensamento pedagógico contemporâneo, a começar pelas práticas pedagógicas iluministas, que inauguram o entendimento da educação em uma perspectiva de apego aos princípios de liberdade, e promovem uma mudança de paradigma – de uma educação conduzida a partir de dogmas religiosos para uma pautada nos princípios da racionalidade.

Dessa forma, o presente artigo foi pensado a partir de três partes distintas (mas conectadas), considerando-se a influência – para o desenvolvimento da pedagogia – da gênese histórica dos pensamentos iluminista, positivista e marxista. Buscar-se-á, então, apresentar uma abordagem histórica atinente às leituras filosófico-pedagógicas forjadas a partir do movimento iluminista no século XVIII, bem como suas repercussões no âmbito da educação contemporânea.

Os procedimentos metodológicos utilizados para a realização desta pesquisa permitem qualificá-la como resumo de assunto (quanto à sua natureza) e como explicativa (quanto aos seus objetivos). Assim, foram utilizadas publicações em livros, artigos, periódicos, sites, etc. Deste modo, este trabalho qualifica-se como bibliográfico, no que se refere ao seu objeto, e qualitativo no que diz respeito à sua abordagem, realizando, assim, uma análise interpretativa das correntes paradigmáticas observadas.

### Desenvolvimento

No rol das revoluções burguesas dos séculos XVII e XVIII destaca-se um movimento político-intelectual que “representou o ápice das transformações culturais iniciadas no século XIV pelo movimento renascentista” (PAZZINATO; SENISE, 1992, p. 98) e asseverava a separação entre as esferas de ação da religião e da ciência, transformando – profundamente – o modo de pensar e agir dos indivíduos. A nova lógica motriz da sociedade era o progresso e apenas o conhecimento científico permitiria ao indivíduo o domínio da natureza, que racionalizaria suas condições de vida.

Foi nesse período que emergiu o entendimento liberal de que a educação, ao contrário do que se pensava até então, deveria ser direcionada a todos os indivíduos (ROUSSEAU, 1973), pois ela passava a ser entendida como um elemento propulsor da equalização social. Como resultante desse entendimento, escolas, currículos e o papel dos professores começaram a ser pensados de formas diferentes (GADOTTI, 2006), parametrizados pelos princípios educacionais iluministas, a saber:

a) desenvolvimento da educação estatal, com maior participação das autoridades oficiais no ensino; b) começo da educação nacional, da educação do povo pelo povo ou por seus representantes políticos; c) princípio da

educação universal, gratuita e obrigatória, no grau da escola primária, que fica estabelecida em linhas gerais; d) iniciação do laicismo no ensino, com a substituição do ensino religioso pela instrução moral e cívica; e) organização da instrução pública em unidade orgânica, da escola primária à universidade; f) acentuação do espírito cosmopolita, universalista, que une pensadores e educadores de todos os países; g) primazia da razão, crença no poder racional e na vida dos indivíduos e dos povos; e h) reconhecimento da natureza e da intuição na educação. (LUZURIAGA, 1983, p. 150-151)

Na efervescência político-pedagógica do século XVIII, emerge, então, a ideia de intervenção do Estado na educação, sustentada pelos princípios de democracia, laicidade e gratuidade. Foram criadas nesse período, de forma inaugural na Alemanha, planos de educação e modelos escolares que favoreceram a mudança do controle da educação, que saiu das mãos da igreja para as do Estado. Essa transição não pode ser entendida, no entanto, sem a percepção política da ascensão de uma nova classe social: a burguesia. As mudanças foram possíveis graças às motivações daquela classe em promover o controle civil do ensino através da criação de uma educação nacional pública, que mais tarde – ironicamente – funcionaria como um instrumento eficaz para acomodar os indivíduos na aceitação da própria pobreza e das desigualdades sociais como “naturais”. É por isso que se faz necessário esclarecer que a “escola para todos”, defendida pelos ideais liberais, além de se caracterizar por um ensino voltado para uma cultura universalista e antirrevolucionária (LUCKESI, 1991), com conteúdo orientado e pensado a partir dos valores e visões de mundo de intelectuais ligados à burguesia, não considerava as dificuldades do estabelecimento de condições materiais concretas para que todos pudessem – de fato – ter acesso ao ensino.

No distanciamento que a educação foi percorrendo em relação ao modelo do antigo regime, alguns filósofos se destacaram na fundação do pensamento pedagógico do período, dentre eles, Jean Jacques Rousseau, que não apenas criticou o individualismo burguês, mas evidenciou a relação entre política e educação e propôs um modelo de educação que se afastasse do artificialismo das convenções sociais e oferecesse uma formação que valorizasse a liberdade<sup>1</sup>. A concepção do autor se pautava no estabelecimento de novas formas de compreensão das diferentes etapas da formação humana e do desenvolvimento de modelos que respeitassem as especificidades naturais de cada uma delas. Dessa forma, debruçado em sua premissa da “bondade natural”, e almejando uma sociedade em que os indivíduos fossem não apenas livres e iguais, mas também soberanos, a educação rousseauiana propõe a instrução do ponto de vista do intelecto, mas leva também em consideração o caráter físico, moral e da natureza de cada indivíduo.

As ideias de Rousseau influenciaram muitos educadores de seu tempo (Pestalozzi, Herbart e Fröebel), mas não representavam, em sua essência humanista, o pensamento dominante da época. Se, de modo mais amplo, o iluminismo se propôs a desvencilhar a lógica repressiva da monarquia e da Igreja, representou igualmente o alicerce da pedagogia burguesa, através da qual o acesso da classe trabalhadora à educação seria o mínimo suficiente para “permitir a sobrevivência em um regime econômico de exploração do trabalho” (GADOTTI, 2006). O iluminismo educacional, dessa forma, ganhou robustez pregando um ideal de liberdade que objetivava a acumulação de riqueza, mas se transvestia com as noções de humanidade, razão, cultura e igualdade. Se, em um primeiro momento, quando a burguesia era – de fato – uma classe revolucionária (LÖWY, 2007), trouxe para si a luta pela afirmação dos direitos individuais, reafirmando os ideais da Revolução Francesa, pouco depois concebia a premissa smithiana sobre uma formação educacional diferente a depender da classe social, a recebê-la: para a trabalhadora, uma educação “em conta-gotas”, instrucional para o trabalho; para a dirigente, uma educação preparatória para cargos de liderança (GADOTTI, 2006).

À medida que a pedagogia se desatrelava dos padrões medievais, ampliava seu aspecto empírico-analítico e ganhava ares de ciência, surgem duas concepções antagônicas de organização social que vão moldar novas perspectivas pedagógicas: emergem as correntes positivista (elitista) e marxista (popular), que serão analisadas a seguir.

A corrente positivista foi inaugurada e sistematizada por Augusto Comte em seu entendimento dicotômico da

<sup>1</sup> “A educação nacional só é adequada a homens livres, pois só eles podem ter uma existência coletiva e são verdadeiramente disciplinados pela lei. Um francês, um inglês, um espanhol, um italiano, um russo são todos praticamente iguais; todos deixam a escola já preparados para a servidão” (ROUSSEAU, 2003, p. 237).

educação: ancorada pela ideia de que a ciência deve fundamentar não apenas o conhecimento, mas a própria vida moderna, essa teoria tem como princípios básicos a busca por leis que regulem as relações sociais, tal qual ocorre na natureza, e a aplicação de métodos empíricos e da racionalidade científica para explicá-las. Entendendo que o pensamento iluminista inaugurou a concepção burguesa de educação, pode-se afirmar que a mesma foi consolidada – então – pelo positivismo pedagógico, já que como teoria conservadora, ele não carrega em si nenhuma proposta de mudança social, procurando apenas entender a realidade (LÖWY, 2007). Segundo essa lógica, todos os fenômenos (naturais ou sociais) devem ser pensados como “fatos” que, como tais, independem da vontade humana. Existiriam, dessa forma, leis sociais, que assim como as naturais, conduziriam – imutavelmente – a sociedade.

Assim, em sua perspectiva funcionalista-organicista (LÖWY, 2002), o papel da educação seria orientar os estudantes para a vida num entendimento linear, em que cada indivíduo seria ensinado e preparado para ocupar o lugar que lhe cabe numa estática estrutura de organização social, concepção que era refletida tanto na construção curricular quanto nas práticas docentes. A escola positivista vai ser deduzida a partir do entendimento de que a educação:

*Es la acción ejercida por las generaciones adultas sobre las que no están todavía maduras para la vida social. Tiene por objeto suscitar en el niño un determinado número de estados, físicos, intelectuales y morales que exigen de él la sociedad política y el medio social al que está destinado de un modo particular. (DURKHEIM, 1978, p. 60. Grifo nosso)*

Pode-se reafirmar, através da ênfase dada na citação acima, que a pedagogia positivista se enfatiza um modelo pedagógico vinculado à mera transmissão de conhecimentos e se assenta na adequação do indivíduo a uma posição social pré-determinada, cabendo à educação o papel de adestradora das relações de dominação. Para validar essa premissa, a corrente se apoia no entendimento de que o conhecimento “verdadeiro” é neutro, argumento cuja finalidade política é desqualificar qualquer tentativa de questioná-lo, taxando previamente como “ideologizada” quem o contradiz. No entanto, apesar de seu uso enquanto ferramenta político-ideológica de manutenção dos privilégios da elite, a pedagogia positivista trouxe algumas contribuições importantes para a Educação, principalmente no que diz respeito ao seu desenvolvimento enquanto ciência e à crítica direcionada ao humanismo religioso.

Estabelecendo um distanciamento do positivismo, a pedagogia socialista vai ser formada em um contexto de reivindicação popular por um ensino verdadeiramente democratizado, propondo uma educação igual para todos, mas que não se realizaria em sua plenitude enquanto a sociedade estivesse organizada em um modelo econômico que favorecia a desigualdade, pois apenas mudanças profundas seriam capazes de construir uma sociedade igualitária.

A corrente socialista bebeu da fonte iluminista, mas foi só a partir das demandas dos trabalhadores industriais no pós-revolução, que ela se firmou, sustendo críticas à concepção burguesa de mundo, no que concerne às práticas pedagógicas elitistas e à consequente impossibilidade de se alcançar a justiça social a partir daquelas premissas. Apesar dos mais destacados expoentes do socialismo, Marx e Engels, não terem criado uma teoria com foco específico na educação, o Manifesto Comunista já trazia indicadores de como deveria se organizar a educação socialista, a saber: (1) seria necessária a eliminação completa do trabalho infantil; (2) o Estado deveria fornecer condições materiais para que os estudantes trabalhadores pudessem frequentar a escola; e (3) a educação deveria abarcar técnicas voltadas ao trabalho manual, não devendo, no entanto, ser restrita àqueles temas, mas articulada com múltiplos saberes – inclusive os saberes burgueses (GADOTTI, 2006).

A proposta socialista se assenta principalmente na introdução, no processo de aprendizagem, de um componente mais voltado ao social. Nessa perspectiva, Babeuf (2019) defendia a concepção de uma escola pública e do mesmo tipo para todos, alertando, em seu Manifesto dos Iguais, que a educação burguesa incutia no povo sua sujeição à condição de pobreza e subordinação; enquanto (o anarcossocialista) Proudhon (2009) já prenunciava, sob a égide da

escola burguesa e como impacto da própria acumulação capitalista, a formação de um exército de trabalhadores de reserva que intensificaria a exploração dos assalariados, o que o fazia classificar como “utópica” a perspectiva de que qualquer educação burguesa pudesse ser verdadeiramente universal.

Se a consciência de classe passou a ser o fundamento do currículo da escola socialista, faz-se necessário citar a atuação de Nadja Krupskaja (2017), intelectual que redigiu o primeiro plano de educação na Rússia pós-revolucionária. Crítica ferrenha da “escola neutra” e de uma sociedade de classes na qual os pais precisam explorar a mão de obra dos próprios filhos em nome da sobrevivência, Krupskaja (2017) ia além: advogava pela autonomia do indivíduo, que não poderia ser alcançada enquanto as escolas diferenciavam “atividades de meninas” de “atividades de meninos”, construção social que depreciava a mulher e seu trabalho e que impediria a mudança da mentalidade social individualista – forjada pelo capitalismo – para uma mentalidade coletivista.

### Conclusão

No âmbito da epistemologia da educação, a percepção de diversas correntes filosófico-pedagógicas se faz necessária para um entendimento mais crítico dos fenômenos e processos que conformaram a educação na contemporaneidade.

Enquanto a perspectiva liberal instituiu à escola a função de preparação de indivíduos para sua conformação na sociedade capitalista, exercendo papéis sociais pré-definidos, a positivista, empunhando a bandeira da “neutralidade científica”, trazia uma concepção mais tecnicista da educação, na qual os parâmetros de racionalidade, eficiência e produtividade, se colocavam como essenciais para uma reorganização do processo educativo, tornando-o mais objetivo e operacional. O fortalecimento dessa percepção do papel da educação, tal qual apregoam os movimentos atuais da extrema direita brasileira – através de um número de movimentos e projetos, dentre os quais o mais famoso é o “Escola Sem Partido – revela uma concepção político-social conservadora que objetiva suprimir qualquer possibilidade de mudança social, desconsiderando que a prática humana é – por si – uma prática política, e atribuindo ao professor a mera função de instrutor.

Tanto a corrente liberal quanto a positivista apresentam caráter sistematicamente dominante, o que as difere da pedagogia socialista, que se lança como uma promessa contra hegemônica àquelas correntes, entendendo a educação como uma ferramenta poderosa de transformação da ordem social e o educando como um sujeito ativo, histórico, social e contextualizado.

## Referências

- ADORNO, Theodor; W, HORKHEIMER, Max. **A dialética do esclarecimento**. Rio de Janeiro: Zahar, 1995.
- BABEUF, Gracchus. **Manifesto dos Iguais**. Disponível em: [http://www.dhnet.org.br/direitos/anthist/a\\_pdf/babeuf\\_manifesto\\_dos\\_iguais.pdf](http://www.dhnet.org.br/direitos/anthist/a_pdf/babeuf_manifesto_dos_iguais.pdf). Acesso em: em 07 fev. 2019.
- DURKHEIM, E. **Educación y sociología**. Barcelona: Ediciones Península, 1978.
- FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2009.
- GADOTTI, Moacir. **História das ideias pedagógicas**. São Paulo: Cortez, 2006.
- KRUPSKAYA, Nadja K. **A construção da pedagogia socialista**. São Paulo: Expressão Popular, 2017.
- LÖWY, Michael. **As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Münchhausen: marxismo e positivismo na sociologia do conhecimento**. 9 ed. São Paulo: Cortez, 2002.
- LUCKESI, C. **Filosofia da educação**. São Paulo: Cortez, 1991.
- LUZURIAGA, Lorenzo. **História da educação e da Pedagogia**. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1983.
- ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Emílio ou da educação**. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1973.
- ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Rousseau e as relações internacionais**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2003.
- PROUDHON, Pierre-Joseph. La capacidad política de la clase obrera. Capítulo I. **Revista de Estudios Libertarios**, n.7. Madrid: Germinal, 2009.